

## Um Areópago histórico: o IHGMG em seus primeiros anos (1907-1913)

An historical Areopagus: the IHGMG in its early years (1907-1913)

Antônio Carlos Figueiredo Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo tem como proposta a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais durante os seus primeiros anos de existência, toma como ponto de partida a sua fundação, e assume como objetivos evidenciar, com base em pesquisa documental e bibliográfica, a intrínseca relação mantida à época entre a política e a constituição do saber histórico, bem como contribuir para o resgate de algumas das principais temáticas que estiveram presentes em um contexto de historiografia fundante e de compleição ainda fundamentalmente oitocentista. No desenvolvimento do trabalho foram empregadas algumas das usuais metodologias da história social, o que contempla o mais amplo panorama da escrita da História, com incorporação analítica de conceitos antropológicos e sociológicos que visam a permitir na análise histórica da sociedade objeto do estudo, a verificação do agenciamento de setores, bem como de suas expressões e identidades culturais e políticas. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais teria permitido que uma *intelligentsia* regional descortinasse, pela via da pesquisa histórica, a representação do passado mineiro mais afeita aos interesses políticos da oligarquia do Estado, contribuindo com isso para a justificação da hegemonia mineira no jogo político da Primeira República.

**Palavras-chave:** Primeira República; IHGMG; Imaginação Histórica; Historiografia fundante; Cultura Historiográfica.

### ABSTRACT

The article proposes the trajectory of the Historical and Geographical Institute of Minas Gerais during its first years of existence, taking as its starting point its foundation, and aims to evidence, based on documental and bibliographic research, the intrinsic relation maintained at the time between politics and the constitution of historical knowledge, as well as contribute to the rescue of some of the main themes that were present in a context of founding historiography and of a still fundamentally nineteenth century. In the development of the work some of the usual methodologies of social history were employed, which contemplates the broader panorama of history writing, with an analytical incorporation of anthropological and sociological concepts that aim to allow in the historical analysis of the society object of the study, agencies, as well as their expressions and cultural and political identities. The foundation of the Historical and Geographical Institute of Minas Gerais would have allowed a regional *intelligentsia* to discover, by way of historical research, the representation of the Minas Gerais past more sensitive to the political interests of the state oligarchy, contributing to justify the hegemony of Minas Gerais in the game of the First Republic.

**Keywords:** First Republic; IHGMG; Historical Imagination; Founding historiography; Historiographic Culture.

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UFMG) e Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

## 1. Introdução

Instaurado mediante um golpe de estado ocorrido na noite do dia 15 de novembro de 1889, o regime republicano amargou uma década de sérias contestações, permeada por manifestações que variando em forma, foram emergindo em intensidade, desde a simples oposição parlamentar até à guerra civil, eclodida em várias partes do país, entre a capital federal e o extremo sul do território. O novo regime somente conseguiria a sua estabilidade relativa graças a um novo pacto de dominação baseado em uma estrutura de cunho oligárquica, onde os estados da federação desempenhavam papéis em conformidade com a sua produção econômica e contingente populacional. A estrutura institucional republicana fora legalmente implantada em 1891, e modificara, a traços visíveis, o formato vigente à época do Império. Contrastando com a antiga centralização monárquica, a República oferecia em seu ordenamento jurídico uma radical descentralização. Podiam agora os Estados subvencionar a imigração estrangeira, contrair empréstimos internacionais, fazer a garantia de juros para a construção das estradas de ferro, de suma importância para estados produtores de café – como Minas Gerais e São Paulo – e constituir forças militares próprias, as chamadas forças públicas, que em alguns casos se assemelhavam a verdadeiros exércitos, tanto no seu emprego, quanto nos armamentos pesados que costumavam possuir. Assim, as antigas Províncias do Império assumiram, face ao novo regime, a condição de Estados de uma República Federativa, desfrutando a partir de então, de uma existência como autênticas unidades político administrativas na vida nacional.

Minas Gerais participava então, juntamente com São Paulo, do arranjo político que ficaria alcunhado como a política do ‘café com leite’, um revezamento na ocupação de poder do executivo nacional. Apresentava Minas Gerais um modesto índice de crescimento econômico. Era, porém, o Estado mais populoso da Federação, e tinha, portanto, o maior eleitorado, o que conseqüentemente lhe dava a maior bancada no Congresso Nacional. Trava-se de uma política oligárquica, unipartidária e organizada sob o Partido Republicano Mineiro (PRM), que contava nos seus quadros com elites das velhas regiões mineradoras e das novas regiões agrícolas do Estado, ou seja, as regiões do café, e eram essas que detinham o predomínio, pois controlavam a máquina estadual. Contava-se no seio dessa elite com grupos identificados, tais como o ‘silvianismo’, a ‘mata’ e o ‘Tarasca’, que compunha a comissão executiva do PRM. Ao setor das elites

das regiões de formação urbana, restava a atuação no plano federal. A esses representantes das velhas regiões mineradoras passava a caber então o Congresso Nacional ou os ministérios, apartados que estavam do cenário político estadual, pois era nos Estados, de acordo com o ‘modelo Campos Salles’ que a ‘verdadeira república’ acontecia, ou seja, onde as grandes decisões eram tomadas.

No ambiente intelectual brasileiro, mais especificamente na seara das chamadas ‘letras históricas’, a principal referência ficava por conta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), grêmio literário fundado no Rio de Janeiro no ano de 1838, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e que permaneceu durante todo o período imperial sob os auspícios da elite saquarema e da proteção pessoal do Imperador. Pelos serviços prestados ao Império, e à figura do Imperador D. Pedro II, o qual subvencionava o Instituto e fazia-se presente em muitas das suas sessões, esse sodalício acabou contraindo, logo ao início do novo regime, a desconfiança das autoridades republicanas. Contudo, os novos donos do poder acabaram reaproximando-se do Instituto, aliás, por um interesse que era mútuo, fosse em virtude da capacidade técnica sobejamente estampada nas publicações desse grêmio histórico – premiada internacionalmente por sua notável periodicidade – fosse pelo considerável endosso, tanto documental – lembremos que o governo brasileiro ainda se encontrava, ao início do regime republicano em negociações de limites territoriais com países do continente – quanto ideológico, que poderia ser posto a serviço do novo regime. Dessa forma, alguns homens que compunham o IHGB poderiam fornecer um apoio relevante à recém-instaurada república, por assumirem importante papel no desenvolvimento das ideologias de construção da nacionalidade. Tratava-se de exercitar a imaginação histórica ainda oitocentista, fazendo uso da chamada historiografia fundante, presente na história do Brasil desde que ela foi instituída cientificamente no século XIX, construção da qual Francisco Adolfo de Varnhagen costuma ser apontado como o corifeu. Emprego a expressão historiografia fundante adotando a definição proposta por Jörn Rusen, e a esta articulando proposição formulada por Nilo Odália. Assim entendemos como historiografia fundante ao processo da constituição narrativa de sentido pelo qual o saber histórico, *a priori* conhecimento científico – no que se sujeita às exigências da verdade e certeza científicas – mas também conhecimento fundante, e que passa a ser o fundamento, origem e explicação de projetos e medidas

políticas práticas, inclusive de um Estado, para atingir fins determinados. Desta forma a historiografia fundante passa a ser inscrita nos processos comunicativos da *práxis* vital humana, na qual o agir humano e a auto compreensão de seus sujeitos orientam-se por representações de processos temporais significativos que, no entanto, tiveram o almejado sentido prático da pesquisa científica dado de antemão.

Cabe ainda notar que estamos fazendo uso da expressão ideologia não como uma falsa consciência, mas no sentido geertziano, ou ainda, como um sistema simbólico no qual os homens passam a tomar consciência dos seus conflitos e do seu lugar na sociedade. Nesse contexto, afigurou-se de efetiva importância para algumas oligarquias dos Estados de maior peso político na federação brasileira a criação de seus próprios Institutos Históricos: Pernambuco já contava com seu Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico desde os tempos do Império (1862). A Bahia e São Paulo criaram seus Institutos Históricos em 1894, e o Rio Grande do Sul constituiria o seu sodalício com demasiado atraso, somente em 1920. Convém agora voltarmos nossas atenções para o Instituto Histórico criado em Minas Gerais, no ano de 1907.

## 2. As pequenas pátrias

Conforme esboçamos acima, nos anos iniciais do regime republicano, crescia em importância o conhecimento do passado, afigurado como uma espécie de âncora firme ou ponto de partida onde a travessia para as aspirações do futuro pudesse se realizar em compromisso com as tradições do pretérito, sendo porém aspecto fundamental, agir com coerência, para encontrar as verdadeiras raízes da nacionalidade. Daí a importância assumida pelos historiadores, *lata* classificação que adotamos nesse trabalho para aqueles que vinham se dedicando, nos espaços institucionais dedicados a *Clio*, às chamadas letras históricas.

Tratavam-se de homens que desenvolviam atividades diversas, como a crítica literária, o jornalismo, a advocacia, a engenharia, a docência e o serviço público. Seu ambiente de produção literária, à falta de universidades e demais centros de pesquisa conforme encontrados na Europa e Estados Unidos, eram os Institutos Históricos. Esses historiadores eram parcela importante da *intelligentsia* brasileira, conceito que cabe precisar, e que podemos entender como sendo o “grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo”.(MANNHEIM,

1968, p.38). A grosso modo, podemos dizer que parte expressiva dessa *intelligentsia* encontrava-se afinada com as ideias filosóficas pertinentes ao positivismo não ortodoxo e ao evolucionismo spenceriano, o que significa dizer que, não necessariamente, pertenciam ao Apostolado Positivista, que tantos consideravam eivado de liturgias e rígida disciplina, conforme observou José Murilo de Carvalho (2005, p. 189). Foi a partir de um constructo de ideias contingenciadas pela realidade brasileira que emergiu a base ideológica das pequenas pátrias, que as inspirações positivistas vinham tentando consolidar amparadas no federalismo consagrado pela ordem política republicana. De acordo com João Cruz Costa (1956), para homens do Apostolado Positivista, como Teixeira Mendes, a pátria seria algo marcado pelo empirismo. Supunha ele, então, um agrupamento de famílias ao qual não se poderia assinalar o limite e o território exato. Com efeito, para Teixeira Mendes a pátria real seria algo distinto de um acervo de famílias que algum conquistador pudesse outrora ter agrupado violenta e caprichosamente. Assim, na opinião daquele discípulo de Augusto Comte, as pátrias modernas seriam futuramente constituídas por um pequeno número de famílias, abrangendo um território que seria menor que o de Portugal, com uma população que variasse entre um e três milhões de habitantes. Segundo Mendes, seriam território e população considerados exíguos na visão de estadistas retrógrados, acostumados a pensar na formação de grandes nacionalidades. Na análise de Comte, conforme defendido por Teixeira Mendes, o surto das grandes nacionalidades, ocorrido a partir do século XVI, fora uma anomalia política, pois substituíra a santa noção de pátria que era própria às nações de limitada extensão territorial, por uma vaga e quase estéril noção de pátria que seria aquela encontrada nos países ocidentais modernos. Era em função dessas ideias – explica Cruz Costa – que os positivistas brasileiros se referiam constantemente às pátrias brasileiras (COSTA, 1956, p. 69; e, 159-160). Assim “existiram” entre outras, a ‘pátria paulista’ de Alberto Sales, a ‘pátria gaúcha’ de Júlio de Castilhos e a ‘pátria mineira’ de João Pinheiro, que nos interessará mais de perto.

João Pinheiro da Silva (1860-1908) diplomou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Sobre ele observou Ivan Lins (1964, *passim*), que quando esteve no Rio de Janeiro, na qualidade de representante de Minas Gerais na Constituinte republicana de 1890/1891, costumava assistir sua missa aos domingos no Templo da Humanidade. Tomava notas dos ensinamentos positivistas para aplicá-los na política. No governo de

Minas, ainda conforme relato de Lins, mandou mensagem ao Legislativo mineiro com o seu programa de governo: abrir escolas para iluminar a inteligência das crianças; ensinar trabalho aos adultos; guiar e aconselhar nas dúvidas, aos produtores; cuidar das questões materiais, mas sem abandonar a parte espiritual e moral; ter culto sincero da liberdade e tornar paternal o exercício da autoridade, e conciliadora a política. Morreu prematuramente no exercício do cargo de Presidente do Estado em 25 de Outubro de 1908.

### **3. Cuidemos, pois, com entranhado amor do nosso passado...**

Em 1907 era chegada a vez dos mineiros formalizar a entrada do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais na vereda histórica. A ideia da criação de um Instituto Histórico e Geográfico para o Estado de Minas Gerais surgira em 1901, através do Diário de Minas, periódico de Belo Horizonte. Porém a formalização dessa intenção acabou criando corpo a partir do Clube Floriano Peixoto,

Por iniciativa e proposta de seu benemérito sócio, coronel Julio César Pinto Coelho, [o qual] nomeou uma comissão composta dos seguintes sócios do mesmo Club: dr. Antonio Augusto de Lima, dr. Prado Lopes, dr. João Luiz Alves, dr. Francisco Alves Junior, coronel Francisco Bressane, dr. Olyntho Meirelles, dr. Estevam Pinto, major João Libano Soares, coronel Julio Pinto Coelho e dr. Pedro Sigaud, para promoverem uma reunião publica, na qual fosse ventilado o magno assumpto da fundação do Instituto. Essa reunião, realizada a 16 de junho de 1907, na sala das sessões da Câmara dos Deputados ao Congresso Mineiro, nesta capital, foi o posto (sic!) de partida do actual Instituto Histórico e Geographico de Minas Geraes (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1927, p.103).<sup>2</sup>

Assim, em 16 de junho de 1907, setenta e dois cavalheiros reunidos na Câmara dos Deputados, acataram a proposta de aclamação de João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado, para a presidência das sessões preparatórias. Dentre os fins e objetivos do Instituto havia a previsão de correspondência com sociedades e academias estrangeiras de mesma natureza, e “com as associações congêneres existentes na Capital Federal e nos diversos Estados da República”. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1928, p.355)<sup>3</sup>. A divulgação científica e cultural deveria contar com a

---

<sup>2</sup> Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XXI, fasc. II, abr – jun, 1927, p. 103. (grifo nosso).

<sup>3</sup> Estatutos do Instituto Histórico e Geographico do Estado de Minas Geraes. Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, ano XXII, 1928, p. 355.

publicação de uma revista, estando reservada uma de suas partes para os documentos relativos a Minas Gerais.

Ao tomar a palavra pelo *Club Floriano Peixoto*, Augusto de Lima falava do caráter de urgência e importância daquele evento,

[...]Senhores, já era tempo de Minas fundar seu aeropago historico, quando quase todos os outros Estados da União já o fizeram. Não é demais recordar que Minas foi o foco mais intenso da formação da nossa nacionalidade, sendo a precursora dos eventos mais notáveis da nossa evolução politico-social. As luctas dos Emboabas, os motins dos Sertões, a erupção formidável de Felipe dos Santos, a tragédia sanguinolenta dos Conjurados, formam outros tantos marcos crescentes do caracter cívico mineiro, atravez da historia política(REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO,1909, p.6-7)<sup>4</sup>.

Ao pronunciar essas palavras, Augusto de Lima, conforme vimos, um dos entusiastas de primeira hora pela criação de um Instituto Histórico para Minas Gerais, estabelecia provavelmente, ainda que de maneira bastante expedita, a concordância do grupo ao qual representava – a dos florianistas defensores de uma república radical antiliberal – aos cânones para a construção da escrita da história para Minas Gerais, assinalando alguns marcos históricos que de certa forma, já vinham sendo seguidos por um dos seus consócios, expoente de um grupo mais conservador, como o historiador Diogo de Vasconcelos, ele mesmo, um saudoso defensor da monarquia. Cabe dizer que tais cânones guardam, junto ao trabalho do historiador, uma certa contiguidade com o conceito de imaginação histórica, o qual cabe aqui iluminar. Esse conceito, observadas as proposições de Hayden White em seu livro **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura** (2001), pode ser definido como a capacidade de criação de imagens que se exercitam no passado histórico, cabendo ao historiador o papel de utilizar-se de metáforas para que venha a lograr a necessária conciliação de dados que possui acerca de um determinado passado.

A listagem dos homens que fundaram o IHGMG expunha uma íntima relação da recém-criada instituição com representantes dos poderes constituídos do Estado, o que por sua vez revelava o seu caráter semioficial. Cabe registrar que de passagem pela capital de Minas, o jurista Pedro Lessa, que então figurava como um dos mais ilustres cultores das artes de Clio, esteve presente naquela histórica tarde, e por sugestão de Augusto de Lima, passou a ser considerado sócio fundador do Instituto Histórico e

---

<sup>4</sup> Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XIV, 1909, p. 6-7.

Geográfico que então era fundado. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1909, p.7) <sup>5</sup>.

Após tomar assento à mesa de direção dos trabalhos, atendendo ao pedido do Presidente do Estado, Pedro Lessa faria um breve discurso. Pelas suas palavras ficamos sabendo que comparecera atendendo a convite do seu ilustre amigo, Augusto de Lima, e que até pensara recusar, devido ao seu estado de saúde, que o impediria de tomar parte ativa nos trabalhos daquela assembleia. Mas aquiescera ao convite, pois, segundo ele,

Quase banalidade é enaltecer a fundação do Instituto, tão promissoramente iniciada: nem ha quem duvide que o olhar que se embebe no passado vê mais claramente o presente e chega a vislumbrar o futuro. Os gregos e os romanos disseram da historia ser ella a mestra da vida; e os Polybios, os Plutarchos e os Ciceros a entendiam como um gênero litterario em que – as biographias e as narrativas tratadas na amplificação imaginosa que os antigos historiadores se permittiam, visavam a educação politica e moral, inspirada nos fortes exemplos de virtudes, do heroismo e patriotismo. Essa conceituação ingenua da historia foi severamente desmentida pelo criterio da exactidão e da fidelidade na averiguação dos factos humanos contraposto á criação romantica dos seus primeiros cultores. Mas a historia, continua, mestra da vida, não se limita a reunir os factos humanos, de cujo exame comparativo se induzem-as leis sociológicas; proporciona ensinamentos praticos, lições de immediata utilidade, exemplos vivamente suggestivos, que os estadistas não podem deixar de aproveitar [...] (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1909, p. 8) <sup>6</sup>.

Após João Pinheiro salientar “a importância da fundação do Instituto”(REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO,1927, p.104)<sup>7</sup>, foi nomeada uma comissão encarregada de redigir seus estatutos.<sup>8</sup> Conforme corretamente observaram Helena Miranda Mollo e Rodrigo Machado da Silva, a criação do IHGMG deveria servir como um espaço para a criação de um cânone para a história mineira, no que a nova instituição deveria se diferenciar do Arquivo Público Mineiro, um lugar de guarda da memória. (MOLLO; SILVA, 2014, p. 72).

Redigidos os estatutos do IHGMG, seu art. 1º esclarecia que os fins daquele Instituto seriam “investigar, colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia e á geographia de Minas-Geraes, e á archeologia, á ethnographia

---

<sup>5</sup> Acta da sessão de fundação do «Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes». Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XIV, 1909, p. 7.

<sup>6</sup>Acta da sessão de fundação do «Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes». Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XIV, 1909, p. 8.

<sup>7</sup> Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XXI, fasc. II, abr – jun, 1927, p. 104

<sup>8</sup> Estatutos do Instituto Histórico e Geographico do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte. 12 jul 1906.(sic!) Republicado na Revista do Arquivo Público Mineiro ano XXII (1928), p. 355 – 370. (grifo nosso).



e á língua dos seus indígenas” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1928, p. 355)<sup>9</sup>.

É interessante ressaltar a similaridade existente entre os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com os pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – fundados respectivamente, conforme sabemos nos anos de 1838 e 1894. Igualmente caberia observar que em um ambiente ainda rarefeito em termos de espaços institucionais acadêmicos, o *locus* central do conhecimento sobre a História era ocupado pelo IHGB, ainda que esta agremiação tivesse ficado com sua atuação e prestígio junto ao poder, um pouco esmaecidas, com a adoção do regime republicano, conforme assinalamos em página anterior. Assim, propomos que a reabilitação do IHGB deve ser vista em parte também, como um esforço no qual estavam presentes os Institutos Históricos estaduais de São Paulo e Minas Gerais, iniciativa que se revelaria fundamental diante da tarefa de legitimação da ordem social então vigente. É verdade que havia disputas, pois a denominação de Instituto Brasileiro assumida pelo ‘grêmio carioca’, como a esse sodalício se referiam no âmbito do IHGSP, não era bem aceita pelos paulistas, provavelmente pelo intuito daqueles em assumir, ainda nos tempos do Império, o papel de centro hegemônico da escrita da História da nação. (SCHWARCZ, 1999, p. 126).

O reconhecimento acerca da importância atribuída pelos homens do IHGMG ao grêmio do Rio de Janeiro aparece materializado no seguinte telegrama, passado da capital mineira, cujo teor era o seguinte:

Belo Horizonte, 16 de junho de 1907. – Marquez Paranaguá, Presidente do Instituto Histórico Brasileiro, Rio – Tenho prazer comunicar V. Ex. fundação hoje Instituto Historico e Geographico Minas Geraes, moldado pelo venerável Instituto de que V.Ex. é digno presidente. Saudações affectuosas. – João Pinheiro (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1907, p. 723)<sup>10</sup>.

A auspiciosa notícia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais encontrou resposta logo no dia seguinte,

Rio, 17 de junho de 1907. – Exm. Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, M. D. Presidente do Estado de Minas Gerais. « Profundamente desvanecido, recebeu o Instituto Historico e Geographico Brasileiro o gentil telegramma de V. Ex., communicando a fundação Instituto Historico e Geographico de

---

<sup>9</sup> Estatutos do Instituto Histórico e Geographico do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte. 12 jul 1906. Republicado na Revista do Arquivo Público Mineiro ano XXII (1928), p. 355.

<sup>10</sup> Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. LXX, parte II, 1907, p.723.

Minas Geraes, hontem occorrida. «Augurando futuro brilhante à nascente associação, que reaes serviços póde prestar ao Estado tão patrioticamente administrado por V. Ex., tenho a satisfação de offerecer para a bibliotheca do novo grêmio uma collecção dos tomos existentes da Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, assim como um exemplar das publicações pelo mesmo Instituto editadas. « Ficam pois, á disposição do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, nesta Secretaria, os referidos exemplares, que serão entregues, mediante communicacão, com 24 horas de antecedência. « Aproveito a oportunidade para apresentar a V Ex. os meus protestos de alta admiração e respeito. – O 1º Secretario Perpetuo, Max Fleiuss (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1907, p. 723-724)<sup>11</sup>

Decorrido um mês, personalidades ilustres da política e dos meios *belletristas* estavam presentes na sessão de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ocorrida em 16 de julho de 1907, entre elas o 1º Secretário Perpétuo do IHGB, Max Fleiuss. O salão da Câmara dos Deputados contava no seu recinto com personagens de elevada importância para o ambiente intelectual daquela época, entre os quais destacamos João Capistrano de Abreu e José Veríssimo, além naturalmente, de Diogo de Vasconcelos, escolhido para ser o orador oficial daquele novo Instituto. Naquela tarde belo-horizontina coube a Max Fleiuss, em nome do IHGB, felicitar aos mineiros pela criação do seu Instituto Histórico e Geográfico, declarando em seu discurso que considerava “ocioso encarecer [o] prestigio de taes associações que consultam uma necessidade de primeira ordem, visando o estudo da historia, considerada hoje o elemento social mais decisivo” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1909, p. 213).

Fleiuss enaltecia o papel da História como “instrumento de cultura intellectual”, amparando-se teoricamente em Charles-Victor Langlois, e autor, juntamente com Charles Seignobos, também professor na Sorbonne, de uma obra que vinha se consagrado junto aos cultores de *Clio*, a Introdução aos Estudos Históricos, cuja primeira edição surgiu em 1898. A História deveria, na opinião de Fleiuss, “absorver o espirito dos nossos homens públicos” no que o secretário do IHGB concitava os mineiros:

Cuidemos, pois, com entranhado amor do nosso passado, mas não traga isso o esquecimento do nosso presente. Compenetremo-nos todos dos altos deveres que nos assistem. Ora, a fundação do Instituto Histórico de Minas demonstra que nesta terra, onde o patriotismo e o caracter tem fundas raizes,

---

<sup>11</sup>*Ibidem*, p. 723-724.

há a compreensão exacta desses encargos superiores (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1909, p.214-215)<sup>12</sup>.

É importante acrescentar que fazia parte da tradição dos secretários do IHGB, normalmente destoantes em perfil social dos demais sócios, “a labuta de quem acredita e pretende sustentar uma instituição”(SCHWARCZ, 1999, p. 106), no que podemos evidenciar a atuação de Fleiuss, a quem coube cumprir na Primeira República,

O mesmo papel que seus colegas haviam desempenhado durante o regime anterior. Max Fleiuss foi, antes de mais nada, um ‘profissional de institutos’: sócio correspondente do Instituto Archeologico Pernambucano e do Instituto de Minas Gerais e da Bahia, efetivo da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e acadêmico da Real Academia de Madrid, mostrou-se um entusiasta do modelo dos institutos (SCHWARCZ, 1999, p. 107).

Mas talvez, seja o pronunciamento de João Pinheiro, naquela sessão solene da instalação do IHGMG, que esclareça melhor as intenções mais imediatas que envolviam os interesses oligárquicos à criação do Instituto,

[...] aos menos reflectidos poderá parecer, talvez, que taes estudos mais participam dos prazeres intellectuaes menos úteis, si é possível a gradação, do que das fecundas e positivas cogitações da actualidade, na solução premente de problemas mais necessarios, que resguardem o futuro, melhorando-o. Si é certo que o trabalho intellectual que se exercita no passado, traz sempre, para o coração, o consolo dos exames serenos e o conforto dos julgamentos em que as paixões arrefecidas deixam dominar inteira a belleza da justiça calma e definitiva ( e nenhum prazer mais puro e tambem mais nobre lhe póde ser equiparado), há ahi ainda, além do puro prazer intellectual, forças positivas governando a actualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro, nos ensinar ao homem que deve confiar sómente nesta justiça, que nunca falta, contra a onda das paixões ephemeras e dos interesses passageiros que desaparecem com o tempo que os creou, para deixar, eterno e duradouro, o que foi feito no serviço da Humanidade e da Pátria, que nunca morrem [...] (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1927, p.105)<sup>13</sup>.

#### 4. Cânones da historiografia mineira

Em certa medida seria defensável dizer que o *cânon* da historiografia mineira, que fora pontuado durante as reuniões que fundaram o IHGMG, já vinha sendo materializado na obra de Diogo de Vasconcelos, desde a publicação da sua História Antiga das Minas Gerais, a qual veio a lume em 1901, se não antes, em esboço, por inspiração das efemérides mineiras publicadas por José Pedro Xavier da Veiga (1846 -

---

<sup>12</sup> Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano 14, 1909, p. 213 – 215.

<sup>13</sup> Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. ano XXI, fasc. II, abr – jun, 1927, p. 105.

1900), na Revista do Arquivo Público Mineiro, desde 1896, instituição da qual foi o primeiro diretor. Essa ideia, ao que parece, foi compartilhada por Cláudia Regina Callari (2001), Bruno Franco Medeiros e Valdei Lopes de Araújo (2007) e Helena Miranda Mollo e Rodrigo Machado da Silva (2014), apenas para ficarmos com esses autores. Não custa dizer que a experiência da América portuguesa fora fragmentária, com as suas imagens históricas dispersas sob um território precariamente vinculado ao Império português. Nesse contexto ficava dificultada a produção histórica, a não ser que se utilizasse da forma corográfica<sup>14</sup>, que associada ao memorialismo, passasse a ser orientada pela metáfora do mosaico<sup>15</sup>.

Caberá a partir de agora resgatar algumas amostras das contribuições historiográficas que vieram à luz no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em seus primeiros anos, cumpriria dizer, não necessariamente sob o patrocínio desse Instituto, mas certamente seguindo filosofia da história que o animava. Nosso processo de seleção – um tanto expedito – partiu da hipótese que esses textos obedeceram aos cânones que foram sendo estabelecidos nas reuniões do IHGMG, sendo que a perspectiva que movimenta tais narrativas aproxima-se do que já vimos acerca das ‘pequenas pátrias’. Nosso recorte temporal terá por limite o ano de 1914, por motivos que oportunamente explicaremos, ocasião na qual o conceito de cultura historiográfica poderá ser devidamente introduzido.

Visitaremos, portanto, alguns exemplares da prática escriturária de dois cultores das letras históricas, a saber, Diogo de Vasconcelos e Antonio Teixeira Duarte, historiadores que labutaram nos quadros da “oficina central do pensamento”, metáfora empregada por Vasconcelos para designar o IHGMG. Diogo de Vasconcelos, nascido em 1843 na cidade mineira de Mariana, embora monarquista, teria contribuído através da sua produção historiográfica para a solidificação das instituições republicanas (BOSCHI, 2014), foi apreciado como um historiador clássico por Oiliam José (1959) e a sua historiografia foi classificada como tipicamente romântica por Francisco Iglésias,

---

<sup>14</sup> Podemos entender a corografia como uma espécie de história regional compreendida esta enquanto conceito amplo de histórias particulares, ou seja, histórias que seriam opostas e complementares aos princípios de uma história geral. O projeto de constituição de uma corografia mineira ganhou fôlego com a criação da Revista do Arquivo Público Mineiro no ano de 1896. Além de corografias, a revista do Arquivo Público Mineiro, publicava sobre biografias, letras e artes na forma de seções permanentes, além de documentos inéditos.

<sup>15</sup> A sugestão encontra-se em Arnaldo Momigliano. O surgimento da pesquisa antiquária. *In*: \_\_\_\_\_. **Raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: Edusc, 2004, p. 85-117.

por entender que Diogo de Vasconcelos valorizara “o gosto da evocação do passado, certo culto ou respeito ao vivido, com minúcias descritivas de quem tivesse presenciado a cena, que apresenta como fazem os ficcionistas, chegando a diálogos.” (IGLÉSIAS, 1974, p. 19).

Dessa forma, podemos pensar que o passado de Minas Gerais era entendido por Diogo de Vasconcelos como possuidor de uma dinâmica que aludia à formação da nacionalidade brasileira, e que compreendia, desde a ocupação do território nos anos iniciais do século XVIII, até a Conjuração Mineira de 1789, eventos que denotavam a resistência do povo mineiro contra os excessos do fiscalismo português e os abusos autoritários dos seus prepostos. Ora, essa ‘fórmula’ já havia sido adiantada, conforme vimos, por Augusto de Lima, ao proferir seu discurso pelo *Club Floriano Peixoto*, quando da fundação do IHGMG. Conforme já é sabido, em linhas gerais esse fora o roteiro perseguido por Diogo de Vasconcelos em sua *História Antiga de Minas Gerais*, surgida em 1901. Essa obra foi reeditada em 1904 e alcançava até a terceira década do século XVIII. Sua *História Média de Minas Gerais* viria *a lume* somente em 1918. De acordo com Oiliam José, estavam nos planos do historiador marianense escrever uma *História Moderna de Minas Gerais*, assim também como uma *História Contemporânea* (JOSÉ, 1959, p. 95). A propósito da *História Média*, conforme observou Francisco Iglésias, cabe destaque ao terceiro capítulo da segunda parte do livro, intitulado ‘Motins do Sertão’. Sobre esse capítulo, Iglésias lembra que as lutas que ele revela atestam a constante insubmissão que atingia a todos os setores da população (IGLÉSIAS, 1974, p.20), o que serve para corroborar a tese de José Honório Rodrigues sobre o caráter cruento da história do Brasil (RODRIGUES, 1982).

A ‘**História Antiga das Minas Gerais**’ (1901), bem como o ensaio ‘**As obras de Arte**’(1911) apesar de, convém frisar, não aparecerem sob a chancela do IHGMG, acabam por vincular-se a esse Instituto, dado o caráter da indelével identificação estabelecida pelo ‘Heródoto mineiro’(Vasconcelos) com a ‘oficina central do pensamento’ – expressão conforme vimos, Vasconcelos utilizava para referir-se ao sodalício mineiro, instituição na qual ocupou o cargo de orador perpétuo desde a sua fundação, até 1927, ano da sua morte. Adriana Romeiro defendeu que Diogo de Vasconcelos “foi o primeiro a estabelecer uma interpretação da história mineira baseada numa visão de conjunto, situando-a numa temporalidade de longa duração”

(ROMEIRO; SILVEIRA, 2014, p.15). Para essa historiadora, Vasconcelos fez a história mineira alçar voos maiores que a retiraram do mero recorte da história do Brasil na qual estivera aprisionada. Segundo ela, o ‘heródoto mineiro’ não desprezou as contribuições oferecidas pelas memórias locais, e pode assim desfrutar de uma tradição memorialística que havia sido inaugurada ainda no século XVIII.

O propósito maior de Diogo de Vasconcelos talvez fosse construir parâmetros para a escrita da história mineira, no que articulava a essa tarefa o avivamento de um passado que julgava tanto ameaçado quanto esquecido. Esse aspecto parece bastante presente em seu ensaio sobre as obras de arte de Ouro Preto. É o momento no qual ele resgata a enfática expressão dos portugueses que na era colonial chamavam a antiga capital por “Villa Rica, a pérola preciosa do Brasil”.

Nesse ensaio, os laços afetivos que Vasconcelos mantinha com Ouro Preto irmanaram-se à sua declarada religiosidade, para compor uma peça na qual a memória unia-se a um melancólico sentimento de perda, por parte de Ouro Preto, da sua condição de capital do Estado, uma carga dramática ao que parece, Vasconcelos carregou pelo resto da vida. Para ele,

[...] os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem o mal acabados, constituem por certo, o patrimonio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram dessa cidade o centro e o coração da historia.(VASCONCELOS, 1911, p. 135).

Ou ainda, conforme nessas linhas,

Fora de duvida, que as Bellas Artes nasceram do sentimento religioso. Os proprios palacios reaes, cujas ruinas gigantescas deixam-se admirar no Egipto e na Assyria, tiveram sua rasão de ser n’um regimen theocratico, em que os soberanos se impunham como personagens celestes(VASCONCELOS, 1911, p. 135).

Dessa forma, para o ‘heródoto mineiro’,

“Em Minas tambem como em toda parte a religião primeiro creou as Bellas-Artes, e só Ella soube iniciar artistas. Assim sendo, não é para se admirar que as povoações antigas tenham se enchido de Igrejas cada qual mais bella. Ouro Preto pode se dizer é a cidade das torres.” (VASCONCELOS, 1911, p.158).

Na sua história antiga das Minas Gerais o historiador marianense faz ‘conviver’ homens que portam a civilização com aqueles que, na sua avaliação, viviam em estado de barbárie ou mesmo selvageria. Assim, Vasconcelos trata do devassamento do

território por força das entradas de sujeitos históricos como Spinoza, Rodrigues Caldas, Sebastião Fernandes Tourinho ou ainda, Antonio Dias Adorno, gente que por ser possuidora de ‘grandes espíritos’, teriam impressionado a Vasconcelos, que defendeu que os sucessos iniciais impulsionaram as expedições seguintes. Tempos difíceis, porém heroicos, no entendimento do autor, a quem repugnava o materialismo grosseiro sob o qual eram tratadas, em suas tribos, as mulheres indígenas. A guerra entre os índios assumia um caráter de voracidade brutal, mas nunca apaziguada. Mesmo entre os goianá, reconhecidamente mais dóceis, nessas situações, o ‘heroísmo’ era exaltado. Energias aparentemente inesgotáveis como a de Fernão Dias, ou o sangue jorrado aos borbotões na imensidade do sertão mineiro, como em conflitos que envolveram a D. Rodrigo de Castel Branco e o Borba Gato, pincelavam os tempos iniciais de Minas Gerais, e sob a ‘justiça’ do Conde de Assumar, pereceria Felipe dos Santos.

Para Diogo de Vasconcelos, a educação jesuítica impedira que os primeiros descobridores sucumbissem a uma semi barbárie, e posteriormente a organização política com vilas e câmaras combinada à centralização do poder sob os governadores, pôs fim à era dos potentados. Então, os valores da civilização puderam se afirmar.

Em 1913 aparecia estampada nas páginas da Revista do Arquivo Público Mineiro a conferência ‘**Sedição de Villa Rica: 1720 (Felippe dos Santos Freire)**’, alinhada e proferida pelo sócio do IHGMG, Antonio Teixeira Duarte, em 28 de setembro daquele mesmo ano. Naquela ocasião, a sessão do Instituto foi presidida pelo chefe do Executivo estadual, Júlio Bueno Brandão. O texto de Teixeira Duarte segue, em linhas gerais, as análises que envolviam a história mineira no âmbito do IHGMG, cujos cânones parecem ter sido estabelecidos pela obra seminal de Diogo de Vasconcelos.

Assim podemos destacar alguns *topoi* que haviam se radicado naquela forma ainda oitocentista de escrever a história, como a intenção de recuperação do passado longínquo para uso como lição de civismo, a eleição de vultos dignos de serem venerados e a ideia de que a história de Minas Gerais seria a mais interessante e rica entre as histórias regionais do Brasil. Daí a construção da investigação sob parâmetros dos cânones estabelecidos, e que procuravam justificar as revoltas, motins e sedições como as consequências da avidez do fisco português e do despotismo de governantes

absolutos que visaria submeter os povos<sup>16</sup> por ela governados a impostos que, tanto podiam ser pesadíssimos, quanto iníquos ou vexatórios, como respectivamente parecem ter sido os casos das cobranças do quinto do ouro, das dez oitavas por bateia ou aquele destinado aos ‘alfinetes da rainha’.

Os motins de Pitangui são abordados por Antonio Teixeira Duarte – apoiado com largueza nas obras de Diogo de Vasconcelos – como uma espécie de predecessor da Sedição de Vila Rica, de modo a tornar evidente aquilo que deveria aparecer como um sintoma de certo “espírito de independência em Minas”, uma ideia afinada com a noção de ‘nativismo’ que tanto prosperou na historiografia brasileira<sup>17</sup>. Nesses motins, um episódio que por seu aparente inusitado parece ter despertado a atenção de Teixeira Duarte foi a ‘execução’ “*em effigie [do] audaz rebelde*” Domingos Rodrigues do Prado, por ordem do Ouvidor de Ribeirão do Carmo, Bernardo Pereira de Gusmão, em Pitangui. De acordo com a narrativa de Antonio Teixeira Duarte – que em seu trabalho muito se apoiou em Diogo de Vasconcelos – A força foi erguida e o rebelde, em effigie, executado. Porém,

---

<sup>16</sup> Durante todo o período colonial, e especialmente até meados do século XVIII, compreendido pela época retratada por A. Teixeira Duarte, a palavra povo ou povos foi utilizada para designar certa qualidade da população que habitava uma região, sendo entendido como o conjunto de vassalos ou súditos, ou ainda, o conjunto das ordens e corpos que mantinham com o rei um dever de obediência e lealdade. De acordo com o verbete Povo/povos, da lavra de Luisa Raute Pereira (FERES JÚNIOR, 2009, p.203-224), no Império colonial português predominaram, no período tratado por Teixeira Duarte, as concepções e práticas ‘corporativas’ da sociedade de origem medieval. Havia uma hierarquia fundada numa ordem universal imutável, onde as respectivas partes ou órgãos possuíam responsabilidades, privilégios e deveres indispensáveis àquela organização político-social. Ao rei, cabeça dessa organização, cabia ser o centro moral e espiritual, dando proteção e garantindo paz, harmonia, sossego e felicidade, cabendo a ele ainda, governar com justiça e equidade, ouvindo queixas e dando solução aos conflitos.

<sup>17</sup> Cabe observar que a historiografia mais recente trabalha em um contexto de ‘*Antigo Regime*’, o que segundo Maria Fernanda Bicalho consiste na adoção do conceito de Império visando à compreensão do conjunto de relações que deram vida à dinâmica ultramarina portuguesa nos tempos modernos, priorizando relações entre centro e periferia, poder central e poder local, a noção de redes, etc... Os historiadores que atuam sob tais perspectivas costumam utilizar um arcabouço teórico explicitado sob a forma de conceitos sofisticados, tais como os de “Império Colonial Português”, “Antigo Regime nos Trópicos”, “Redes Clientelares”, “Economia do Don, ou economia de mercês”, “Autoridades Negociadas”, “Soberania fragmentada”, “Governança Consensual” e “Monarquias Compósitas”, entre outros. Essa nova forma de entender o Império construído pelos portugueses sugere, doravante, a substituição nas análises das noções de “Sistema Colonial”, “Colônia de Povoamento” e “Colônia de Exploração”, bem como da ideia de “exclusivo metropolitano”, espécies de presenças cativas nas obras de historiadores de Caio Prado Júnior a Fernando Antonio Novais. Ao que nos interessaria de imediato, nessa perspectiva historiográfica, é que súditos coloniais do Império Ultramarino Português recolhiam seus impostos e esperavam que seus direitos tradicionais e costumes fossem preservados. Via-de-regra os motins e revoltas ocorridos nesse ambiente de Antigo Regime faziam-se contra os prepostos do Soberano, que realizando um mau governo dos povos, traíam ao Rei. Nessa lógica era comum em meio a tais insurgências, os gritos de ‘*viva o Rei*’.



*ao ter noticia de tal comedia [Domingos do Prado, que havia fugido para os confins de Goiás, onde fundou Meia Ponte, o primeiro arraial goiano, seria ele genro do Anhanguera] mandou fazer também uma fôrca em um alto de seu campo, e nella pendurou o ouvidor, mascarado na mesma figuração picaresca [em effigie], isto no meio de estrondosas gargalhadas e apupos dos companheiros*(REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1913, p. DUARTE, Antonio Teixeira. Sedição de Villa: 1720 (Felippe dos Santos Freire). Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, ano XVIII, 1913, p.579).

Talvez caiba, entendidos os limites de uma sociedade colonial e escravista, breve referência à obra de Edward Palmer Thompson quanto às formas de controle social e político. Trata-se da ‘noção de teatro’, onde se leva em conta que em todas as sociedades há naturalmente, um duplo componente que para Thompson apresenta-se essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Assim, se os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime, aos pobres cabe encenar seu contrateatro, e ocupar o cenário de ruas e mercados, empregando o simbolismo do protesto e do ridículo. (THOMPSON, 2001, p. 239-240).

Quanto à ‘Sedição de Villa Rica’, Teixeira Duarte tratava de nomear os líderes, deixando claro que estes pertenciam à elite local. Assim, em uma atrevida intimação, o Conde de Assumar foi alcançado no Ribeirão do Carmo, em 2 de julho de 1720, para onde os amotinados levaram presos os camaristas de Vila Rica. Seguiam liderados pelo mestre de campo Paschoal da Silva Guimarães, sargento-mor Sebastião da Veiga Cabral, o ex-ouvidor Manuel Musqueira, além dos freis Vicente Botelho e Thome Afonso. Nesse grupo, porém, destacava-se o “...tribuno e agitador popular Felipe dos Santos Freire, o mais desambicioso e leal dedicado à causa do povo e da justiça” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1913, p. 579). As exigências se faziam em torno da suspensão das casas de fundição, dos arbitrários processos de extorsão fiscal e o pleno indulto quantos aos meios pelos quais buscaram justiça. Nas palavras de Antonio Teixeira Duarte, ao conde de Assumar coube a tudo ceder, “com a mais refinada hypocrisia, refreando embora com solércia, as amarguras de tão insólita humilhação, que lhe dilacerava a alma, toda feita de cavilação e astucia”(REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1913, p.580).

Segundo o autor, teria faltado aos revoltosos “uma cabeça directora, fleugmatica e perspicaz” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1913, p. 581), e assim caíram vítima da desforra arquitetada pela felonía do Conde de Assumar, que consegue prender e executar sumariamente a Felipe dos Santos. As ligações entre as malfadadas

sedição de 1720 e a conjuração de 1789 estavam então construídas, e Antonio Teixeira Duarte podia finalmente concluir seu texto, aproximando naquilo que considerava como uma regeneradora lição de civismo, seus decantados heróis, pois,

Quando os revolucionários triunfam, as lições contra o despotismo são imediatas e positivas, todos as compreendem; porém quando os planos e os sonhos de liberdade fracassam, só muitos tempo [sic!] passado è que vamos aprender nos feitos e na abnegação dos seus corifeus. São os dois casos typicos de Tiradentes e Felipe dos Santos (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1913, p. 586).

Em páginas acima havíamos proposto tratar da cultura historiográfica, conceito que aparece destacado na obra de Diehl, em livros como **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**, (1998) e **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**, (2002), para ficarmos apenas nesses dois títulos. Para esse autor, a cultura historiográfica pode ser pensada como uma especificidade da cultura histórica. Ela se encontra ligada ao ofício do historiador, e ao estudo da história enquanto disciplina, englobando as suas mudanças ao longo do tempo, que são de natureza teórico-metodológica, mas que também envolvem as alterações sociais e culturais da sociedade.

De acordo com Diehl (2002), devemos entender por cultura historiográfica todas as formas de representação do passado, característica que torna esse conceito dotado de maior abrangência em relação ao de historiografia. É dessa forma que a cultura historiográfica consegue dar conta das diferentes áreas das ciências humanas, aspecto que se articula à história enquanto disciplina para ter plausibilidade científica no quadro das ciências humanas. O autor considera que, para que essa plausibilidade possa existir, deve ser contemplada uma matriz composta por cinco elementos – pelo menos – que produzem sua fundamentação, a saber: 1) Interesses pelo conhecimento histórico; 2) Perspectivas teóricas sobre o passado; 3) Método e técnicas de pesquisa; 4) Formas de representação do conhecimento, ou seja, para a história, as ‘formas narrativas historiográficas’; e, 5) As funções didáticas da história. Ainda para Diehl, o pensar histórico terá plausibilidade científica se o historiador conseguir argumentar a partir de três perspectivas de interesses: o teor das experiências (o passado somente terá sentido a partir das orientações dos problemas do nosso presente e da prática social), o teor das

normas (a função que o conhecimento terá na atualidade) e o teor dos sentidos (o espaço sociocultural no qual o conhecimento é produzido).

Dessa forma, entendemos que a cultura historiográfica encontra-se vinculada à complexidade que envolve o conhecimento histórico, no que propomos considerá-la inclusive como articulada ao regime de historicidade, noção cara ao historiador François Hartog. De acordo com Hartog (2013), devemos entender o regime de historicidade como uma ‘ferramenta’ que busca esclarecer o tempo presente, sendo formulada a partir de nossa contemporaneidade, e que se destina a permitir o desdobramento de um questionamento da parte do historiador, ou seja, do vaivém entre o presente e os ‘passados’ frequentados por este, passados esses via-de-regra tão distanciados uns dos outros, tanto no tempo, quanto no espaço. Assim tornar possível o desdobramento do historiador sobre as suas relações com os tempos passados é a especificidade dessa ferramenta heurística, que tem por finalidade precípua, ajudar a melhor compreender os momentos de crise do tempo, ou seja, aqueles momentos nos quais se perde a evidência das articulações entre o passado, o presente e o futuro.

A noção de regime de historicidade deve servir então, de acordo com Hartog, para operar nos espaços de interrogação produzidos entre o presente e os ‘passados’, passados esses que tanto podem ter sido esquecidos, quanto demasiadamente lembrados, mas que irremediavelmente podem manter relações com um futuro ameaçador. Para Hartog, a noção de regime de historicidade vale tanto por, como tanto, para esses movimentos de ida ao passado e reencontro do historiador com o seu presente. Com efeito, lembra esse historiador que o tempo histórico na feição koselleckiana, “...é produzido pela distância criada entre o campo de experiência, de um lado, e o horizonte de expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados. É essa tensão que o regime de historicidade propõe-se a esclarecer...” (HARTOG, 2013, p. 39).

Já a cultura histórica sob a acepção de Diehl (1998 e 2002), possui uma amplitude que abrange pensar historicamente além dos cânones da historiografia, o que significa que inclui historiadores não acadêmicos, mas também leigos que pensam a história a seu modo, ou seja, um perfil alinhado aos dos sócios dos Institutos Históricos da época que estudamos.

## 5. Considerações finais

O ano de 1914 parece marcar uma ruptura, tanto na política, quanto no pensamento historiográfico brasileiro. A eclosão da grande guerra europeia, festim sangrento levado a efeito por quatro anos no centro da civilização mundial – conforme era reconhecida por nossas elites *belle époque* – acarretou para a *intelligentsia* brasileira um grave questionamento às suas análises, bem como um reexame de certos dogmas, tanto da parte dos positivistas, quanto dos cultores do darwinismo social. Simultaneamente acontecia, convocado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o I Congresso de História Nacional, evento que ao mesmo tempo em que inquiriu acerca do “estado da arte” na historiografia brasileira, acabou contribuindo de certa forma, para reabilitar a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen no recinto da ‘Casa da Memória Nacional’, e por extensão, nos demais Institutos Históricos. Assim, mediante o elogio da colonização portuguesa que aparece expresso na obra do Visconde de Porto Seguro, ficava menos verossímil a alegação de um excesso de fiscalismo utilizado de forma indiscriminada para servir de pedra angular a pontuar cânones historiográficos, da mesma forma que não se poderia mais acusar a todos os prepostos do rei de Portugal de terem sido tiranos e facínoras.

Quanto à historiografia que era produzida no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, parece que nos é oferecida uma cabal exemplificação no caso da tese oficial que Diogo de Vasconcelos é convidado a preparar: **‘Linhas gerais da administração colonial. Como se exercia. O vice-rei, os capitães-generais, os governadores, os capitães-mores de vilas e cidade’**. Cabe esclarecer que essas teses oficiais tratavam de temas determinados pelo IHGB aos seus consócios, às quais eram somadas as chamadas ‘teses avulsas’, saídas voluntariamente das lavras de participantes no desenvolvimento de outras temáticas afeitas ao congresso. Assim, para tratar dos movimentos considerados em prol da independência, no qual se incluía naturalmente a Inconfidência Mineira, foi convidado o diplomata Aníbal Rebello, que à época encontrava-se estrategicamente lotado na representação brasileira em Portugal. Defendemos, portanto que se tratava da abertura de um novo ‘espaço de interrogação’, o qual resultaria em um novo regime de historicidade no ambiente dos Institutos Históricos, o que talvez sirva para explicar o rareamento das sessões ordinárias do sodalício, conforme constantes do seu livro de atas, entre os de 1920 e 1927, essa última

data considerada como sendo a entrada do IHGMG em uma nova fase. O futuro ameaçador que pairava sob o horizonte de expectativa brasileiro, face à guerra imperialista na Europa e a revolução social na Rússia, passava a oferecer novos desafios, que seriam trilhados por uma nova geração de historiadores, ainda no âmbito dos Institutos Históricos.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

**Actas do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes.** Livro Reuniões Diversas – 1ª e 2ª Fases (1907 a 1929).

**Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro.** Rio de Janeiro, t. LXX, parte II, 1907.

**Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XIV, 1909.

**Revista do Arquivo Publico Mineiro.** Belo Horizonte, ano XVIII, 1913.

**Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XXI, fasc. II, abr – jun, 1927.

**Revista do Arquivo Publico Mineiro.** Belo Horizonte, ano XXII, 1928.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais.** V.1, 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. (a primeira edição é de 1901).

\_\_\_\_\_. As obras de Arte. *In:* **Bi-Centenário de Ouro Preto: 1711-1911 (memória histórica).** Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1911, p. 135-184.

### Fontes secundárias

ALMEIDA, Luciano Raposo de. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português (séculos XVII e XVIII). *In:* FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português.** Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 197-254.

BOSCHI, Caio. Convicções e coerências de um cultor de Clio. *In:* ROMEIRO, Adriana, SILVEIRA, Marco Antonio (orgs.) **Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 11-41.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n.4, 2001,

p. 59-83.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. *In:* \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 189 – 201.

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo. **A República na praça: manifestações do republicanismo radical antiliberal em Minas Gerais (1893-1899)**. São Paulo: Baraúna, 2010.

\_\_\_\_\_. **As Luzes de Ithaca: a imaginação histórica na Primeira República no Brasil (nação, território e civilização)**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

COSTA, João Cruz. **O Positivismo na República: notas sobre a História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: UPF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Edusc, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.

FILHO, Rubem Barboza. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5 – 27.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. *In:* VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. V.1, 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 11-29.

JOSÉ, Oiliam. **Historiografia Mineira: esboço**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. 3.ed. v. 4. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MEDEIROS, Bruno Franco, ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A História de Minas como História do Brasil**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XLIII, n.1, jan.- jun. 2007,p. 23-37.

MOLLO, Helena Miranda, SILVA, Rodrigo Machado da. Diogo de Vasconcelos e a “oficina central do pensamento”. In: ROMEIRO, Adriana, SILVEIRA, Marco Antonio. (orgs.) **Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquaria. In: \_\_\_\_\_. **Raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: Edusc, 2004.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. **As formas do mesmo**. São Paulo: Unesp, 1997.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/povos. In: FERES JÚNIOR, João. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 203 - 224.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RUSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história (os fundamentos da ciência histórica)**. Brasília: UNB, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Sérgio (orgs.). **E.P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001, 227-267.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.